

LITERATURA E HISTÓRIA: AS MULHERES DE AGUALUSA NOS ROMANCES *NAÇÃO CRIOLA* E *ESTAÇÃO DAS CHUVAS*

EDVALDO A. BERGAMO*

Despeço-me, que se faz tarde,
e parto ao encontro da História e da Revolução!

Fradique Mendes (Aqualusa, 1998, p. 99)

RESUMO: O presente artigo analisa comparativamente dois romances históricos contemporâneos do escritor angolano José Eduardo Aqualusa: *Nação crioula* e *Estação da chuvas*. Para tanto, discute aspectos teóricos que envolvem os campos de conhecimento Literatura e História, colocando em destaque a pertinência e a importância de um gênero narrativo que ficcionaliza o passado-presente de Angola, por uma perspectiva pós-colonial, visto que as obras em questão figuram a trajetória de protagonistas femininas que também dão a ver impasses e contradições características da configuração da angolanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Romance de Aqualusa; literatura e História; personagens femininas; angolanidade.

ABSTRACT: This paper analyzes comparatively two contemporary historical novels of the Angolan writer José Eduardo Aqualusa (1960): *Nação crioula* e *Estação das chuvas*. The discussion theoretical aspects involving the fields of knowledge literature and history, featured in placing the relevance and the importance of a narrative genre that fictionalizes the past-present in Angola, by a postcolonial perspective, since the works in question include the trajectory of female protagonists

* Doutor em Letras pela UNESP. Professor da UnB.

who also give see impasses and features contradictions of setting Angolanity.

KEYWORDS: Agualusa's novel; literature and history; female characters; Angolanity.

Considerações iniciais

A prolífica obra de José Eduardo Agualusa (1960) apresenta adensada fundamentação histórica voltada para o passado e presente angolano. Incorpora no tecido narrativo grande preocupação social, aliando recursos literários realistas e fantásticos para narrar acontecimentos burlescos, sentimentais e insólitos de um país em ebulição, em meio a um tempo pretérito caracterizado por um riquíssimo território econômico e cultural em disputa e uma contemporaneidade também marcada por embates típicos de uma nova ordem global aniquiladora. Desse modo, podemos afirmar que os motivos principais do *work in progress* do romancista do Huambo são os dramas humanos resultantes de uma sociedade autocrática, autoritária e desestruturada, cujos maiores problemas são provenientes em grande parte de conflitos sociais antigos e recentes, como a exploração colonial, o tráfico negreiro, a guerra de libertação e civil, as contradições do movimento de liberação territorial, a corrupção endêmica, os desajustes econômicos, dentre muitos outros fatores.

Nosso objetivo, neste trabalho, é analisar comparativamente as implicações estéticas e ideológicas da relação literatura e história nos romances *Nação crioula* (1997) e *Estação das chuvas* (1996), por intermédio, principalmente, do exame do itinerário da personagem-protagonista feminina que dá a ver, em ambas as composições narrativas, o processo de formação da angolanidade em tempos pretéritos e recentes. E, assim, nas obras em tela, no intuito de reimaginar o passado, evidencia-se um ângulo de visão inquiridor, reflexivo e problematizante de acontecimentos marcantes da vida angolana nos séculos XIX e XX, a saber, o tráfico negreiro atlântico e o movimento de independência nacional.

1. O romance histórico pós-colonial

Muitíssimo já se escreveu sobre as controversas relações entre a Literatura e a História ao longo dos séculos, tendo como marco inicial a *Poética* de Aristóteles (1993). Porém, somente no século XIX, a forma literária do romance histórico, em particular, ganhou contornos definitivos nas mãos do escocês Walter Scott, como um paradigma narrativo que nos últimos duzentos anos vem sendo reverenciado por inúmeros autores ocidentais ou não, ora a contrapelo, ora como continuação de um modelo fundacional, a ponto de merecer uma espécie de tratado exaustivo sobre o gênero, elaborado com riqueza analítica incomparável pelo teórico marxista da literatura, Georg Lukács, em 1936-37.

O romance histórico no século XIX atingiu o seu apogeu estético com Scott, Manzoni, Tolstoi, Flaubert, Herculano, dentre outros. Na segunda metade do século XX, voltou a ganhar destaque nas chamadas literaturas periféricas, com Carpentier, García Marquez, Carlos Fuentes, Roa Bastos, Pepetela, Saramago, Ubaldo Ribeiro, para citar apenas alguns nomes significativos. Importa ressaltar que, na atualidade, o referido gênero é alvo de intensa polêmica teórica e crítica, posto que o foco da contenda esteja na concepção de História que alimenta tanto o debate entre os historiadores quanto entre os literatos envolvidos. A História como movimentação das massas, o passado como pré-história do presente, o papel do anônimo no acontecimento histórico, a História como o espetáculo de um mundo em ruínas, a História como um tempo de outrora textualizado, a História como discurso, narrativa ou versão multiplicada de um antigamente em debate; todas essas indagações de uma maneira ou de outra afetam a criação do romance histórico contemporâneo, bem como a reflexão crítica e teórica sobre a produção historiográfica e literária recente.

As intrincadas relações entre Literatura e História evidenciam-se quando analisamos o percurso do romance histórico em certos sistemas literários ocidentais, e em Angola, evidentemente. De Georg Lukács (2011) a Fernando Ainsa (2003), dentre muitos outros estudiosos do gênero, realiza-se o escrutínio da trajetória

teórico-crítica pela qual passou a modalidade literária em tela no século XX. Em outras palavras: se nos anos de 1930, o gênero foi avaliado como uma forma literária realista que dava a ver a movimentação histórica das massas no século XIX como reflexo da era das revoluções, nos anos de 1980, a mirada exegetica, desde a periferia do capitalismo, observava a mesma forma literária como uma nova configuração artística para uma reescrita paródica da História, sob um enfoque que privilegiava uma perspectiva descolonizada do passado nacional.

O romance histórico contemporâneo, tendência literária iniciada na segunda metade do século XX, é tributário dessa renovação que deu amplo fôlego a esse subgênero, caracterizada pela reformulação dos parâmetros estéticos e ideológicos do romance histórico clássico, cuja influência provinha fortemente das diretrizes conceituais da Nova História. Ao retratar o passado, essa tipologia romanesca procura explorar os meandros negligenciados ou intencionalmente obscurecidos pela chamada história oficial, de orientação positivista, ou, ainda, intenta proceder à humanização e reavaliação de importantes heróis que o mármore da história parecia haver esculpido em definitivo. Esse gênero em causa possui, igualmente, como característica fundamental, a releitura crítica da História, como acontecimento social e ação individual. Sem desprezar prontamente as fontes documentais, o romancista prefere retratar os fatos por uma perspectiva preferencialmente paródica ou carnalizada, procurando reavaliar/reaver os eventos por um ângulo desestabilizador de padrões estereotipados. Assim, no afã de revisitar o passado, o escritor procura demonstrar que não tem compromisso com nenhuma ideologia vigente, optando por uma visão dialógica dos acontecimentos de antanho.

Assim, o romance histórico contemporâneo pode ser examinado, ainda, levando-se em conta certos parâmetros teóricos dos chamados estudos pós-coloniais (Leite, 2012). As reflexões teóricas recentes sobre identidade cultural de países colonizados e colonizadores fomentam o debate sobre nação, história e sujeito. O termo pós-colonial, para além de uma subseqüente aceção cronológica, pode significar um modo de

desmistificar, de superar os discursos hegemônicos representados pelo pensamento eurocêntrico, discutir o período de pós-independência das colônias americanas, africanas e asiáticas, e mesmo as conseqüências da descolonização em ex-nações imperialistas, bem como problematizar o legado do processo de colonização européia. Cada movimento histórico resultou em identidades culturais específicas, com situações de dominação peculiares, o que, todavia, não impossibilita a comparação, a aproximação de experiências sociais análogas vislumbradas no romance histórico contemporâneo. O modelo de colonização lusitano, particularmente, impôs, de maneira similar, estratégias violentas de conquista e dominação, mesmo assim, a identidade do sujeito pós-colonial continua historicamente assinalada por diversos aspectos de individualidades e coletividades múltiplas, que dizem respeito à classe social, à etnia e ao gênero em território geográfico, social e cultural marcado pelo legado da experiência colonial inapagável.

A área dos estudos pós-coloniais orienta-se basicamente por duas perspectivas: como tempo histórico, posterior aos processos de descolonização do “Terceiro Mundo”, o que remete à idéia de superação do colonialismo, destarte, como uma era pós-colonial cronológica, ou, como contribuição teórica dos estudos literários e culturais, que se consolidou pela crítica realizada em moldes interdisciplinares aos efeitos nefastos do colonialismo (Vega, 2003). O argumento central e consensual dos estudos pós-coloniais é a ruptura com a possibilidade da história única, sustentada pelas narrativas que legitimaram as ideologias do processo de colonização, naturalizando a dominação com ênfase nas diferenças raciais hierarquizadas como justificativa para o “processo civilizatório”. A descolonização foi um processo longo, gradual e diversificado, entretanto, a persistência dos efeitos da colonização, internalizados na própria sociedade colonizada, possibilita o surgimento de uma forma difusa de hegemonia colonial a qual por meio de novos arranjos, coetâneos de crises ‘internas’ dos Estados e das sociedades pós-coloniais, podem resultar na continuidade dos processos vigentes de poder e dominação, os quais necessitam ser extirpados. A reflexão

sobre o conceito de pós-colonial, em primeiro plano, apresenta-se como a desconstrução do antigo e renitente discurso colonial. Num segundo plano, o pós-colonial é a revisão dos binarismos contidos nas interpretações dicotômicas que desconsideraram a importância da ação do indivíduo como agente transformador no processo das inter-relações sociais e históricas. E assim, a alteridade se impôs como fundamento para a explicação da multiplicidade das relações que as contingências do processo colonial engendraram nas histórias cruzadas que marcaram a modernidade e a sociedade capitalista em perspectiva global.

Nesse sentido, vale ressaltar ainda que os Estudos Pós-Coloniais reafirmam, de modo bastante articulado e enfático, teoricamente, o papel do periférico na História e da própria escrita ou reescrita de uma História periférica (Dalley, 2014). A teoria pós-colonial é uma ação discursiva de descolonização: não estritamente a descolonização concreta realizada a pulso pela luta armada e pelos acordos militares, mas a descolonização do discurso da História e da teoria da Cultura, numa abordagem alternativa do Ocidente com o desbravamento de novas fronteiras epistemológicas. Os estudos pós-coloniais retomaram com ênfase diferenciadora o debate da identidade nacional, da representação, da etnicidade, da subalternidade, inserindo no centro da discussão interdisciplinar os impasses reverberados pelo embate ideológico no mundo contemporâneo. A reescritura periférica da História, ou a desconstrução do Ocidente feita pelos estudos pós-coloniais em nome de novos e distintos territórios geográficos e culturais, implicou, portanto, num constante ataque à hegemonia ocidental e, se não uma completa inversão, uma reavaliação dos valores do cosmopolitismo convencional, uma reacomodação e reavaliação do cânone literário, um descentramento de valores e conceitos cristalizados, notadamente levados a cabo pelos estudos culturais e pela literatura propriamente dita. Mesmo que teorias estéticas já houvessem problematizado conceitos como representação, identidade, alteridade, hibridismo, colonização, Ocidente, Oriente, com o pós-colonialismo, esses elementos foram sublinhados num âmbito de referências que, ao invés de simplesmente inverter ou descartar conceitos e hierarquias, possibilitou questioná-los na

sua fundamentação e na sua malha de inter-relações, propondo, em suma, repensar as condições de continuidade e de utilidade de semelhante construção teórico-discursiva em alcance cultural e ideológico mais alargado porque visa a integração e a interação de alteridades múltiplas.

Do mesmo modo, os procedimentos de autoreferencialidade e metadiscursividade estão estreitamente relacionados entre si e constituem características decisivas para a identificação do novo romance histórico na pós-colonialidade. A relação dos signos literários com o mundo também tem sofrido uma transformação como consequência da mudança na base epistemológica. Assim, o romance histórico contemporâneo rompe com a prática mimética tradicional do realismo literário escolar porque a imitação do mundo objetivo já não é crível ou aceito ingenuamente. O novo romance histórico não se preocupa unicamente em oferecer uma reprodução totalizadora dos acontecimentos públicos, pois os transforma e redimensiona de modo preferencialmente metaficcional, problematizando a realidade e o discurso como artefato estético e histórico, tornando-o material de análise crítica impiedosa. O mundo objetivo não atua mais como referência única do texto ficcional porque a literatura se apropriou de sua condição discursiva e figurativa incerta. A metadiscursividade e referencialidade flutuante questionam, de tal modo, no romance histórico as malhas discursivas que entretecem conceitos problemáticos como “representação”, “faticidade”, “imaginação”, “verossimilhança”, etc., que antes se dispunham estáveis e desmascaram ao mesmo tempo a textualidade histórica como uma construção precária e provisória, na mesma dinâmica imperativa em que mostra quais as dificuldades emergentes que tanto historiadores quanto romancistas enfrentam, quando tentam se aproximar de acontecimentos históricos conhecidos ou ignorados, com o fito de instigar o desvelamento de seus significados aparentes ou camuflados. O atual romance histórico concebe diversas e distantes realidades numa tentativa de justaposição de mundivivências possíveis e alternativas, com a intenção de contribuir assim para criar uma outra consciência histórica indagadora e integradora, certamente mais expressiva. O que a

escrita do romance histórico pós-colonial desmascara, sobretudo, é o caráter de artificialidade, de imobilidade, de cristalização, de estigmatização de algumas categorias epistêmicas, como “veracidade”, “estabilidade” e “objetividade”, “imparcialidade”, as quais ainda ostentam arraigado prestígio epistemológico na contemporaneidade, notadamente na operação historiográfica (Hutcheon, 1991).

Sendo assim, estamos diante de estruturas narrativas nas quais são identificáveis dois tipos de discurso – o científico e o literário – que utilizam procedimentos semelhantes para textualizar o passado colonial, visto que, atualmente, alguns historiadores entendem o conhecimento histórico como uma área de reflexão crítica sobre o passado atravessada pela concepção pós-colonial do discurso historiográfico. E, ademais, romancistas assumem fingidamente e propositadamente o papel de pseudo-historiadores para dar vazão à memória de uma narrativa reprimida e elaborar assim um contradiscurso ou um discurso alternativo, com o intento de retratar e/ou re-apresentar figuras e acontecimentos históricos silenciados ou negligenciados e, assim, iluminar os desvãos da História por meio da Literatura, como é corrente no romance histórico angolano contemporâneo.

2. *Nação crioula*: Ana Olímpia Vaz de Caminha

Nação Crioula moldura o tráfico negreiro e o movimento abolicionista no final do século XIX, sob o ponto de vista privilegiado do aventureiro Fradique Mendes, um integrante da alta sociedade portuguesa que é contra o comércio escravagista. Em meio a tal conjuntura, Agualusa insere no entrecho o decisivo enlace amoroso entre Fradique e uma determinada ex-escrava e figura histórica, Ana Olímpia Vaz de Caminha, que foi alçada à condição de uma das pessoas mais ricas e poderosas de Angola/Luanda, tendo adicionalmente sofrido humilhação pública como escrava recapturada, o que a torna peça-chave do enredo:

No dia 26 de Maio de 1876 eu era uma das pessoas mais

ricas e respeitadas de Angola. Possuía propriedades na cidade e nos musseques, arimos, bois, grande número de serviçais. O governador recebia-me no Palácio, quase todas as semanas, para discutir questões ligadas ao comércio e à administração da província: presidia a várias comissões, tinha uma cadeira alugada no Teatro da Providência. E no dia seguinte um aventureiro entrou em minha casa acompanhado pelo chefe de polícia (meu amigo), esbofeteou-me, e eu soube que era sua escrava (Aqualusa, 1998, p. 152).

Além de citar personagens ilustres da história brasileira, como José do Patrocínio, o romance em questão problematiza os referenciais literários e históricos do século XIX, tanto em Angola quanto no Brasil, notadamente. Está estruturado em 25 cartas enviadas por Fradique à sua madrinha Madame Jouarre, à sua amante/esposa Ana Olímpia e ao grande amigo Eça de Queirós, que no romance é ficcionalizado junto com outros personagens reais, narrando-se de modo fragmentado os episódios vividos nesses anos de luta contra a escravidão, passados entre Luanda, Lisboa, Paris, Rio e Recife. No romance, Eça foi o responsável por reunir as correspondências e publicá-las, após a morte do *dandi*. Com toques de humor, as cartas de Fradique nos fazem mergulhar na atmosfera decadentista de fim de século XIX. O romance traz, como epílogo, uma carta final datada de Agosto de 1900, enviada por Ana Olímpia a Eça de Queirós, depois da morte de Fradique, em que, com um traço melancólico, narra-se finalmente a abolição da escravatura. Articulado e arrematando as 25 cartas remetidas por Fradique, temos a importante carta de Ana Olímpia, ou 26 capítulos, cujas páginas farão com que o leitor embarque no “Nação Crioula”, que na obra de Aqualusa é o último navio negreiro que cruza o Atlântico negro, levando consigo os derradeiros escravos transportados de Angola para o Brasil. Tal embarcação leva também, clandestina e ironicamente, Fradique Mendes, um português abolicionista e sua esposa Ana Olímpia, uma agora escrava angolana fugitiva. Antes, como viúva e herdeira de um conceituado comerciante de escravos em Angola, acostumada com requinte e bem-estar, foi brutalmente submetida à dolorosa e humilhante condição de escrava recapturada da

mais perversa habitante de Luanda, a prestigiada comerciante e mandatária Gabriela Santamarinha. Assim sendo, ao escrever a última carta do livro, dirigida a Eça de Queirós, Ana Olímpia narra toda a felicidade que passou como senhora Vaz de Caminha e todo o sofrimento que agüentou como escrava submetida aos caprichos de uma dona cruel e desumana.

A viagem pelo Atlântico, de Angola para o Brasil, é retratada nesta mesma carta como um ritual de morte e renascimento. Entre Portugal, Brasil, França e (principalmente) Angola, temos a história de Carlos Fradique Mendes e da sua relação com uma mulher que conheceu fortuna e escravidão, plenitude e miséria, felicidade e sofrimento, em meio a duas realidades referenciadas, a do escravista e a do escravizado. História de aventuras e atribulações em tempos de mudança, esta correspondência secreta é mais que uma simples história de amor, surgindo também como retrato de hábitos e mentalidades de uma época que transitava dos valores escravocratas para um novo ideário republicano e moderno. Destarte, vemos transcórrer a atmosfera político-ideológica que envolve um romance que concerta vida pública e vida privada em tempos de grandes trânsitos culturais realizados pela empresa colonial portuguesa.

Muitas ações de Fradique Mendes ocorrem em função de Ana Olímpia, podendo-se dizer que na especial relação amorosa de ambos encontra-se o ponto fulcral do livro. A composição fragmentária, inevitavelmente, resulta da estrutura epistolar da obra, porém a caracterização de costumes políticos e sociais é o que realmente marca a organização do entrecho, do qual se destaca a figuração histórico-ficcional de Ana Olímpia. Essa mulher é um bom reflexo da mentalidade habitual no tocante à escravatura, já que, de escrava a senhora, não percebeu plenamente a posição subalterna dos seus escravos, até se ver de regresso à antiga posição, quando exercita a derrocada numa Luanda dos fortes e poderosos. Nos fins do século XIX, em Luanda, Lisboa, Paris e/ou no Rio de Janeiro, misturam-se personalidades históricas do movimento abolicionista, escravo e escravocratas, lutadores de capoeira, pistoleiros de aluguel, numa luta mortal por um mundo novo que estava surgindo, com

as cores da esperança republicana e democrática. Neste livro, elaborado como um movimentado romance epistolar e ademais histórico, Agualusa toma de empréstimo um personagem do renomado Eça de Queirós de tantos tipos inesquecíveis. Em *Correspondência de Fradique Mendes*”, de 1900, o ilustre escritor lusitano apresenta um Fradique Mendes inteligente e sofisticado, viajante curioso, interessado nas relações entre os povos, latinista e refinado conhecedor da literatura de sua época. O romancista português adiciona em seu livro uma série de cartas recebidas e enviadas por Fradique, através das quais o leitor pode ter uma idéia do grande homem que ele fora, além de saber das opiniões que seus contemporâneos tinham dele. Agualusa, no final do século XX, acrescenta com seu livro alguns novos capítulos à biografia literária deste personagem, dando renovados contornos ao afamado personagem da literatura realista lusitana. Também usa o artifício das cartas (como se as de seu livro pertencessem a um conjunto que não havia chegado às mãos de Eça, num jogo metaliterário significativo). O romancista angolano cria episódios de Fradique Mendes na África (sobretudo em Angola), no Brasil, em Portugal e na França. Através das cartas, ele transporta o leitor para o mundo da escravidão nas colônias portuguesas, no final do século XIX. Fradique Mendes vai a Luanda, como um viajante sem rumo ou propósito definido. Lá conhece Arcénio do Carpo, um rico comerciante e especialmente Ana Olímpia, por quem se encanta, por ser uma jovem viúva, a qual havia sido escrava de um dos homens mais ricos da Luanda colonial e tornara-se herdeira de seus bens, inclusive seus escravos. Através principalmente de seu personagem feminino, Agualusa descreve a complexa sociedade escravocrata daquela região africana e seus excêntricos membros. Ao retornar a Luanda, descobre que Ana Olímpia regressou à condição de escrava (de um irmão herdeiro de seu marido, que havia voltado para Angola após anos exilado no Brasil). Fradique Mendes e o filho de seu amigo Arcénio do Carpo fogem da cidade após libertar Ana Olímpia. Estabelecem-se no Nordeste brasileiro, onde Fradique torna-se um senhor de engenho. Agualusa contrasta o estatuto da escravidão portuguesa nos dois continentes (no Brasil, ex-colônia, e em

Angola, ainda uma colônia). Em dado momento, certamente por amor, mas também por convicção ideológica e humanitária, Fradique Mendes engaja-se no movimento abolicionista, fazendo amizade com José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Luiz Gama. Perseguido por pistoleiros, viaja primeiro ao Rio de Janeiro, depois a Paris e Londres para divulgar o movimento de libertação dos escravos em curso no Brasil, sem saber que havia gerado um filho, brasileiro, com Ana Olímpia, a mais importante mulher de sua vida sentimental, que permanecera em terras tropicais:

Não, não faço literatura. E também não tenciono, nem agora nem nunca, escrever memórias. Aquilo que de mais interessante aconteceu na minha vida foram as vidas das outras pessoas. Veja o caso da senhora Ana Olímpia, minha amiga, que sendo princesa por direito, foi escrava, e depois escravocrata, e é hoje uma das vozes mais autorizadas no combate à escravidão. Ela está de visita a Paris. Há uma semana atrás juntaram-se na Sociedade de Geografia dezenas de pessoas para a ouvir falar. Ana Olímpia contou o drama da sua infância, recordou o pai, um rei congolês que durante anos agonizou numa prisão de Luanda; evocou as madrugadas sombrias, quando, na companhia da mãe, assistia ao embarque dos cativos para o Brasil. Todos os discursos de todos os abolicionistas europeus não valem um testemunho como este. E sabe porquê? Porque naquilo que Ana Olímpia diz brilha a luz esplêndida da verdade, enquanto que na boca dos nossos bem intencionados filantropos arde apenas a frágil lamparina da retórica. É a distância que vai entre a Vida e a literatura. E eu prefiro a Vida (Aqualusa, 1998, p. 122).

Ana Olímpia é, em suma, a personagem-protagonista que verdadeiramente personifica a mestiçagem cultural da Angola colonial, assim como personifica os trânsitos culturais que a empresa colonial lusitana colocou em movimento desde o século XVI. É uma bela negra que “enfeitiçou” Fradique Mendes, com uma história bastante singular: o primeiro marido, um comerciante de escravos, ateu e anarquista convicto, introduziu-a no estudo da filosofia, das artes e da ciência, o que a transformou numa mulher mestiça ilustrada, algo incomum na Luanda da época. O hibridismo é retratado e elogiado com bastante intensidade pelo

viajante português, no romance, visto que o próprio *dandi* era um conhecedor e apreciador de tal encontro cultural e afetivo. A proposição que domina a obra é que a empresa colonial portuguesa tornou a aproximação das culturas européia (mercantilismo) e africana (mão-de-obra escrava) um acontecimento histórico compulsório, mas ao mesmo tempo proveitoso para ambas as partes, porque resultou em possíveis laços de solidariedade e de afetividade, eis uma premissa significativa que atravessa todo o romance angolano, numa visão de que todas as culturas envolvidas foram afetadas pela experiência histórica do império colonial português, sem que necessariamente o saldo fosse apenas negativo, também teria havido enormes ganhos, desde que a alteridade seja negociada e/ou mediada no âmbito das culturas e das afinidades eletivas compensadoras.

3. *Estação das chuvas*: Lídia do Carmo Ferreira

Estação das chuvas, por sua vez, contrapõe ao pano de fundo da luta pela libertação nacional angolana, e seus desdobramentos posteriores mais recentes, como a guerra civil, a biografia romanceada da historiadora e poetisa Lídia do Carmo Ferreira, fio condutor principal da ação narrativa. Em busca de esclarecimentos sobre o seu desaparecimento enigmático, um jornalista-narrador investiga o passado dessa escritora e militante, e assim, chega ao registro da história moderna de Angola, por intermédio de citações de periódicos, depoimentos, entrevistas, diários, memórias, poemas, de modo a confundir os leitores quanto à autoria e veracidade dos diversos textos, numa amálgama entre ficção e realidade, que reconta a longa História de Angola da segunda metade do século XX, intercalando a vida pública e privada de uma ativista da causa independentista:

Para tentar reconstruir todo este período da vida de Lídia – os anos do exílio, entre 1953 e 1974 – estou a servir-me principalmente das entrevistas que ela me concedeu. Nanaya Mestre e outras pessoas que estiveram próximas de Lídia deram-me também indicações preciosas. Mas, apesar disso, aquilo que

conheço é muito pouco.

Sei que aquela semana em Paris foi importante para Lídia. Sei disso porque ela mesmo o afirmou numa carta a Mário Pinto de Andrade, escrita em Berlim e datada de 20 de Janeiro de 1972: “Recordo os poucos dias que passamos juntos, em Paris, quando tudo ainda era possível. Íamos libertar Angola, lembra-te?” (Aqualusa, 1996, p. 103).

O livro problematiza de modo irônico a História recente de uma Angola que se procura afirmar, sob as bases de uma unidade construída inicialmente pelo projeto colonialista europeu. Aqualusa retrata uma terra devastada pela guerra civil, propiciadora da ruína econômica, social e moral de um país em formação, o qual confrontava grupos político-militares que se alinhavam segundo os interesses internacionais próprios do contexto da Guerra Fria. Não bastassem os diferentes interesses políticos, econômicos e ideológicos que significavam os diversos apoios internacionais aos movimentos de resistência nacionalista, a complexidade se manifestava dentro de cada grupo de resistência, já que não havia uma unidade ideológica inquebrantável entre os membros de tais agrupamentos. É neste contexto politicamente confuso do processo de independência angolano e seus desenvolvimentos, flertando de maneira enfática com a historiografia e a ficção, Aqualusa situa majoritariamente sua fabulação em torno de Lídia do Carmo Ferreira, num enfoque que prioriza e garante a unidade narrativa pretendida. Aqualusa apresenta de maneira fragmentada a história das lutas pela construção de uma identidade nacional angolana, tendo como eixo narrativo central os relatos da e sobre a personagem-protagonista Lídia do Carmo Ferreira, militante do MPLA e mulher rebelde, que mesmo após o processo de independência, conheceu a prisão e o exílio. São relatos que nos chegam por meio da voz de um narrador que entrevistou Lídia e reuniu alguns dos seus textos e correspondências. A narrativa evolui de uma forma não linear, estribada ora nos indícios deixados pelos textos de Lídia do Carmo Ferreira, ora nas lembranças do narrador, ora nos diálogos com os demais personagens, de modo que o quadro configurado torna-se assim fragmentado e multifacetado.

A personagem central do romance em causa, Lília do Carmo Ferreira, tinha consciência do seu papel como intelectual engajada, tendo como função primordial produzir artefatos artísticos que pudessem testemunhar a construção de uma nação híbrida, em que a identidade, a etnicidade e a nacionalidade se interrelacionassem. É uma poetisa, historiadora, libertária, mulher angolana cosmopolita. Forjou uma vida ligada às grandes tramas que o século XX entreteceu entre a África e o mundo globalizado da segunda metade do século XX:

Lília do Carmo Ferreira nasceu em 1928, na Chela, numa xitaca decrépita e isolada, meio escondida entre dois grandes morros verdes. Quando tinha dois anos, o bisavô paterno foi buscá-la e levou-a para Luanda. Por isso, Lília não guardou do lugar onde nasceu a memória de uma imagem, mas apenas sensações, o sentimento de alguma coisa verde e poderosa (Aqualusa, 1996, p. 21).

A protagonista em causa cresceu numa Luanda e numa Angola que já viviam as transformações decorrentes de um novo padrão de domínio colonial, num outro patamar de ocupação territorial em bases imperialistas internacionais. No início do século XX, Angola sofreu muitas transformações decorrentes da nova política colonial portuguesa para a antiga colônia, visto que o regime republicano resolvera investir no território e desenvolvê-lo economicamente, através da atividade agro-exportadora de produtos tropicais como o café, o algodão, etc. Lília foi criada por seu avô, Jacinto do Carmo Ferreira, membro das antigas elites econômicas de Angola. Quando era criança, freqüentemente, escutava críticas veladas à dominação colonial em conversas de adultos. Lília, assim, conviveu e estudou com os filhos da aristocracia crioula e luso-descendente. Tornar-se uma jovem poetisa compromissada com a independência de Angola foi um passo nesse processo de autoconscientização política, social e cultural. Sendo assim, em Angola, na década de 1960, a poesia de Lília do Carmo Ferreira era um instrumento de afirmação cultural, de reescrita de um passado ou de uma história recalçada. Seu trabalho poético, portanto, era um ato de representação do modo de ser angolano, de organização de imagens, sentidos e

discursos com o objetivo de compreender aquele universo africano, sob o signo da carência, da falta, da injustiça, do desrespeito.

A estratégia de ação poética empenhada de Lídia do Carmo Ferreira, e de outros poetas historicamente reconhecíveis na obra, era evocar lembranças da infância, memórias de bons tempos, dos costumes antigos de Angola, além de denunciar a política colonialista de degradação do patrimônio histórico e de destruição das tradições do povo submetido ao tacão imperialista europeu, com o apagamento de uma memória cultural ancestral. Com a formação universitária em historiografia, Lídia do Carmo Ferreira tem a oportunidade de aprofundar o conhecimento de realidade local. Destarte, como tema de pesquisa para a conclusão do curso, resolve estudar a trajetória de António Guilherme Amo, um escravo oferecido pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesas de presente a um nobre alemão, o qual teria sido o primeiro africano a estudar em universidades alemãs, tornando-se filósofo e professor de destaque nas universidades de Halle, Jena e Wittenberg, no século XVIII. A trajetória do antigo filósofo africano era também análoga ao percurso de Lídia, angolana que realizou grande parte da formação acadêmica numa Lisboa salazarista, o que lhe possibilitou engajar-se na luta anti-colonial, ao lado de importantes intelectuais militantes como Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral. A convivência intelectual, num meio universitário metropolitano, especialmente no circuito da Casa dos Estudantes do Império, lhe permite entrecruzar as tradições culturais africanas reafirmadas e a educação ocidental questionada:

Encontrei-me com Lídia no Jardim Tropical, junto ao Mosteiro dos Jerónimos. Ela nunca tinha me visto. Eu vira-a pela primeira vez no Morro da Luz, na tarde da Independência, e entrevira-a, fugazmente, na manhã de 27 de Maio de 1977. Agora estava sentada num banco. Atrás de si havia rosas vermelhas e uma buganvília explodia num prodígio crepuscular. Apertei-lhe a mão sem saber o que dizer. Lídia sorriu divertida: “Nem parece que já nos conhecemos”.

Tinha 53 anos. Uma mulher bonita. Leccionava História da África na Universidade Clássica de Lisboa. “Com algum

desgosto”, confidenciou-me sacudindo a cabelereira, “poucos alunos o são por vocação” (Aqualusa, 1996, p. 255).

Desse modo, a narração da trajetória pública e existencial de Lúcia do Carmo Ferreira, principal personagem feminina de *Estação das chuvas*, vislumbra no campo da ficção os desafios da reconstrução e da revalorização da identidade cultural angolana, após a vitória em diversas frentes sobre o colonialismo português, notadamente, por intermédio da reconstituição histórica e política das contradições inerentes ao movimento independentista, ao longo do século XX, conjuntura ideológica na qual se insere em paralelo a biografia romanceada da referida poetisa, imaginada como importante artista e intelectual militante no processo de libertação nacional, símbolo representativo do papel da pensadora engajada e da mulher angolana para a conquista da autonomia do país, formalizada legalmente em novembro de 1975, mas que se revelou um embate ainda não consumado, sob o prisma da dinâmica histórica angolana.

Considerações finais

Face ao exposto, podemos afirmar que os romances abordados incorporam diversas características consideradas fundamentais para a reconfiguração do romance histórico na contemporaneidade, tais como a resignificação de acontecimentos pretéritos sob o ponto de vista do espoliado, a distorção ou dilatação de fatos históricos relevantes ou o uso extensivo da ironia, da paródia, da intertextualidade e do paratexto, dentre outros recursos temáticos e formais. Assim, a reescrita da História redimensiona o discurso historiográfico e reavalia os tempos de outrora, dando nova espessura ideológica aos fatos transcorridos, por enfatizar significados alternativos ou divergentes a acontecimentos pregressos, nos quais o ponto de vista do subalterno feminino está em destaque. Nesse sentido, nos romances *Nação crioula* e *Estação das chuvas*, de José Eduardo Aqualusa, a figuração da mulher angolana dos séculos XIX e XX pode perscrutar, vislumbrar e/ou apreender outros modos

de revisitar e reaver o passado-presente de um país africano subsaariano e reescrevê-lo por uma perspectiva disjuntiva, tão problematizadora quanto reveladora de uma “História vista de baixo” (Sharpe, 1992, p. 39).

Referências bibliográficas

- AGUALUSA, José Eduardo. *Estação das chuvas*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.
- _____. *Nação crioula*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.
- AINSA, Fernando. *Reescribir el pasado*. Caracas: El outro & el mismo/Celarg, 2003.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. de Eudoro de Sousa. Lisboa: INCM, 1993.
- DALLEY, Hamish. *The postcolonial historical novel*. Realism, allegory and the representation of contested pasts. New York: Palgrave, 2014.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Trad. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades & escritas pós-coloniais*. Estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.
- LUKÁCS, Georg. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.
- VEGA, María José. *Imperios de papel*. Introducción a la crítica postcolonial. Barcelona: Crítica, 2003.